

9m  
6/2/97 B-1  
68

# Vale terá parceria em prospecção

Para reduzir resistências, BNDES formará empresa com direito de pesquisar e explorar jazidas

por Raul Pilati  
de Brasília

O governo incluiu um novo mecanismo no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para reduzir as resistências à venda da estatal. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irá formar uma empresa em parceria com a Vale que assumirá o direito de pesquisar e explorar as jazidas que forem encontradas nas áreas de Carajás e Serra Leste (PA). "Resolvemos o principal ponto de preocupação daqueles que tinham restrições à privatização da Vale", afirmou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir.

A nova empresa terá participações iguais do BNDES e da CVRD. "Esta saída, apresentada pela empresa, foi levada ao presidente Fernando Henrique Cardoso e o governo se sente confortável para dizer que está equacionado o problema de fixar o preço mínimo", comentou o ministro. A lógica é que a União detém 51% da estatal e manterá o mesmo nível de ganho sobre os rendimentos dos minérios que forem encontrados na área, mesmo depois da venda.

O presidente da Vale, Francisco José Schetino, explicou que as áreas concedidas para a empresa foram divididas em três grupos. No primeiro ficaram os locais que já estão sendo explorados e os que dispõem de jazidas identificadas e mensuradas. No segundo, onde foram feitos investimentos significativos de pesquisa e apresentam indícios concretos de reservas minerais. E no último o restante das áreas sobre as quais a Vale detém o direito de pesquisa e eventual extração.

cobertas mine-  
rárias. O índice  
vai variar de  
acordo com a  
área, o minério  
e o custo de la-  
vra. Para estas  
regiões o go-  
verno vai arcar  
com o risco de  
o Tesouro Na-  
cional deixar  
de receber os  
rendimentos  
provenientes de  
novas desco-  
bertas.

Mas a reunião do CND não solucionou duas questões aguardadas com expectativa pelo mercado: o preço mínimo



Antônio Kandir

e o edital de pri-  
vatização da  
Companhia. Kan-  
dir disse que fo-  
ram resolvidas  
"as últimas dúvi-  
das sobre o edi-  
tal". Mas o  
BNDES ganhou  
trinta dias para fi-  
nalizar e publicar  
o documento. E o  
preço mínimo se-  
rá definido "às  
vésperas" da di-  
vulgação. "Fare-  
mos uma reunião

extraordinária do CND, que pode ser até pelo telefone", comentou Kandir.

O vice-presidente e diretor

de privatização do Banco Na-  
cional de Desenvolvimento  
Econômico e Social (-  
BNDES), José Pio Borges,  
disse que é provável a edição  
até o final de fevereiro. O lei-  
lão do lote entre 40% e 45%  
das ações ordinárias ocorrerá  
até o final de abril, garantiu  
Borges.

Técnicos do governo reve-  
lam, porém, que não há pen-  
dências sobre o edital. "O go-  
verno quer é esperar pelo me-  
nos a segunda votação da  
emenda da reeleição na Câma-  
ra antes de divulgar o edital e  
o preço mínimo, para reduzir  
o risco de barganha em torno  
da privatização", disse uma  
fonte bem informada. ■

Para estabelecer o preço mínimo de venda será aplicado o critério tradicional do programa brasileiro de privatização, que considera o fluxo futuro de custos e receitas e o provável lucro. Serão consideradas, para esta conta, as jazidas identificadas em exploração ou não. As áreas onde há indícios de minérios ficam com a empresa formada pela Vale e BNDES. Para as demais, serão emitidas debêntures, com rendimento entre 1% e 2,5% da receita líquida, para compensar os atuais acionistas por eventuais des-